



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA

Processo Seletivo 01/2025 – Residência Jurídica

Prova Objetiva e Prova Discursiva – Nível Superior



SUA PROVA

Você receberá do fiscal de prova os seguintes itens

- Este caderno de provas contendo 30 questões objetivas e uma discursiva.
- Uma folha de respostas das questões objetivas e uma folha de texto definitivo para a transcrição da redação.



TEMPO

- **A prova terá duração de 3 horas. Neste período já está incluído o tempo** para marcação das questões objetivas e transcrição da questão discursiva (redação).
- **O candidato que se ausentar do local de prova antes de transcorrida 1 (uma) hora de aplicação será considerado eliminado.**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas.
- Sair do local de prova levando o caderno de questões ou o gabarito.



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta.
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.

CERTO:

☐ ☒ ☐ ☐ ☐

ERRADO:

☐ ☒ ☐ ☐ ☐

☐ ☒ ☐ ☐ ☐

☐ ☒ ☐ ☐ ☐

- Serão consideradas para correção apenas as questões que apresentarem uma única alternativa marcada, com a respectiva bolha totalmente preenchida, de forma nítida e sem rasuras.
- As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de texto definitivo da questão discursiva (redação), confira seu número de inscrição e nome completo antes de assinar no local reservado para esta finalidade.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta azul ou preta.**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas das questões objetiva e na folha de texto definitivo (redação).
- O preenchimento da folha de respostas das questões objetivas e da folha de texto definitivo (redação) é de inteira responsabilidade do candidato e, em caso de erro, não haverá possibilidade de substituição.

Boa sorte!

- Para acompanhar esse e outros processos seletivos, acesse:

<https://www.mpm.mp.br/>



@ministeriopublicomilitar

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO

REALIZAÇÃO



MPM
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROVA OBJETIVA

Direito Constitucional

Questão 1 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) Os direitos fundamentais são cláusulas pétreas e não podem ser abolidos sequer por emenda constitucional. Ademais, seu rol é taxativo, vedada a admissão de novos direitos implícitos.

B) A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República, podendo ser relativizada por interesse público relevante.

C) É fundamento da República a cidadania, sendo objetivo fundamental erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Tais preceitos têm eficácia plena e aplicabilidade imediata.

D) A soberania popular é exercida apenas por sufrágio universal e voto direto, sendo vedado o plebiscito.

E) Os objetivos fundamentais da República incluem a garantia da ordem econômica e o desenvolvimento regional.

Questão 2 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) Compete ao Congresso Nacional legislar privativamente sobre direito civil e penal.

B) A competência para legislar sobre trânsito é comum à União, aos Estados e aos Municípios.

C) Os Municípios podem legislar de maneira concorrente sobre direito financeiro, desde que de maneira suplementar à União.

D) As competências legislativas concorrentes preveem que a União pode editar normas gerais, cabendo aos Estados legislar sobre questões específicas.

E) A competência para legislar sobre normas gerais de educação é exclusiva dos Municípios, desde que respeitada a autonomia federativa.

Questão 3 – Assinale a alternativa INCORRETA:

A) O controle de constitucionalidade pode ser realizado por meio de ação direta no STF, ou pela via incidental por qualquer juiz ou tribunal.

B) O controle difuso de constitucionalidade não tem efeitos erga omnes e vinculantes; podendo ele ser realizado no âmbito do STJ, desde que observada a cláusula do *full bench*.

C) A declaração de inconstitucionalidade pode ser realizada pelo STF em controle concentrado, exigindo maioria absoluta de votos.

D) O controle concentrado é exercido pelo STF e admite ações como ADI e ADC, sem efeitos vinculantes e *erga omnes*.

E) A eficácia *erga omnes* das decisões proferidas pelo STF em sede de controle concentrado não exige comunicação formal ao Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição.

Questão 4 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) A República Federativa do Brasil pode ser dividida em qualquer número de Estados mediante plebiscito federal.

B) São cláusulas pétreas a separação dos Poderes e os direitos individuais, que não podem ser objeto de proposta de emenda tendente à sua abolição.

C) A forma federativa de Estado pode ser abolida por emenda constitucional, desde que aprovada por 3/5 dos membros do Congresso, em dois turnos de votação em cada uma das casas.

D) A federação brasileira permite que Estados sejam suprimidos por ato do Congresso Nacional.

E) A separação dos Poderes pode ser flexibilizada por lei complementar, desde que preserve a autonomia do Judiciário.

Questão 5 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A imunidade formal do parlamentar impede a instauração de ação penal quando não há autorização do Congresso Nacional. Já a imunidade material inicia no primeiro dia do exercício do mandato.
- B) A inviolabilidade parlamentar alcança manifestações de opinião e votos relativos à sua atuação, e se estende a toda e qualquer declaração externa ao exercício do mandato.
- C) A inviolabilidade do parlamentar impede que responda por danos civis, mesmo quando extrapola os limites do mandato.
- D) Parlamentares podem ser presos preventivamente por decisão judicial, desde que garantido o contraditório e ampla defesa.
- E) A prisão de parlamentar somente é possível em flagrante de crime inafiançável, devendo o Congresso decidir sobre a continuidade da custódia.

Questão 6 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Compete à Justiça Militar da União processar e julgar os crimes militares definidos em lei, inclusive os praticados por civis.
- B) A Justiça Militar da União é composta apenas por juízes militares e pelo Superior Tribunal Militar.
- C) Compete ao Superior Tribunal Militar julgar os Oficiais-Generais das Forças Armadas e os Comandantes Gerais das polícias militares, em atenção à prerrogativa da hierarquia militar.
- D) O Superior Tribunal Militar é composto por ministros civis e militares, a quem compete processar e julgar os crimes cometidos em todo território nacional cujo autor seja militar.
- E) Os Tribunais de Justiça Militar são competentes apenas em tempos de guerra, sendo substituídos pela Justiça Federal em tempos de paz.

Questão 7 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, cuja subordinação está vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública.
- B) A atuação das Forças Armadas pode ocorrer mediante solicitação do Congresso Nacional em período de recesso parlamentar, desde que submetida imediatamente ao Presidente da República.
- C) Compete às Forças Armadas, sob autoridade suprema do Presidente da República, a defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- D) O Superior Tribunal Militar é o órgão de segunda instância da Justiça Militar da União, a quem compete também a função recursal das Auditorias da Justiça Militar Estadual.
- E) As Forças Armadas, apesar de sua subordinação ao Poder Executivo, possuem autonomia administrativa e legislativa no exercício de suas funções institucionais.

Questão 8 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A Constituição prevê que todos os tratados internacionais têm o mesmo status das leis ordinárias, desde que posteriores à promulgação da CF/88.
- B) Para que os tratados internacionais tenham status de norma constitucional, devem ser aprovados em dois turnos, por 3/5 dos membros de cada casa do Congresso Nacional, além de tratarem sobre direitos humanos.
- C) Apenas tratados ratificados antes da CF/88 podem ter status supralegal. Sendo possível a realização de controle de constitucionalidade desses tratados.
- D) O STF entende que todos os tratados de direitos humanos têm hierarquia constitucional.
- E) Tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, independentemente do quórum de aprovação, assumem automaticamente status constitucional. Por esse motivo, podem modificar normas constitucionais conflitantes com seus preceitos, em razão da prevalência dos tratados no plano internacional.

Questão 9 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Fruto da repartição dos poderes, o Ministério Público é vinculado ao Poder Executivo, embora possua autonomia funcional para a promoção da ação penal.
- B) O MP atua como fiscal da lei e pode promover ações civis públicas e ações penais, além da ação popular.
- C) O MP tem autonomia funcional, administrativa e orçamentária, sendo-lhe vedado exercer atividade político-partidária.
- D) O Ministério Público tem como característica o Princípio da Unidade e, em decorrência disto, os membros do MP são subordinados ao Procurador-Geral da República em todas as instâncias.
- E) O Ministério Público é órgão auxiliar do Poder Judiciário, podendo intervir nos processos independente de solicitação pelo juiz.

Questão 10 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Os Estados podem organizar sua Justiça Militar estadual, sendo obrigatória sua instituição quando o efetivo da Polícia Militar ultrapassar dez mil integrantes.
- B) A Justiça Militar estadual tem competência exclusiva para julgar civis envolvidos em crimes militares, desde que em coautoria com militares estaduais.
- C) Todos os juízes militares estaduais são indicados pelo Governador do Estado, em obediência ao princípio do paralelismo das formas com a Justiça Militar da União.
- D) A Constituição proíbe a criação de Conselho de Justiça Militar nos Estados, por ser competência exclusiva da União.
- E) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados nos crimes militares definidos em lei e nas ações judiciais contra atos disciplinares militares.

Direito Administrativo**Questão 11 – Assinale a alternativa CORRETA:**

- A) O poder vinculado restringe-se aos atos normativos expedidos pelos órgãos da Administração Direta, sendo incompatível com funções discricionárias típicas do poder de polícia.
- B) O poder hierárquico permite à Administração rever atos praticados por órgãos de outro Poder, quando verificada ofensa ao interesse público primário.
- C) O poder disciplinar admite punição a qualquer pessoa que cause prejuízo à Administração Pública, independentemente de vínculo funcional.
- D) O poder regulamentar permite à Administração criar direitos e obrigações diretamente ao cidadão, desde que não haja lei específica sobre o tema.
- E) O poder de polícia compreende a possibilidade de restringir o exercício de direitos individuais em nome do interesse coletivo, sendo caracterizado pela discricionariedade, coercibilidade e autoexecutoriedade.

Questão 12 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) Agente público é toda pessoa física que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, função pública. Estão incluídos nessa categoria tanto os servidores estatutários quanto os empregados públicos, agentes políticos e mesmo particulares em colaboração com o poder público.

B) O conceito de agente público restringe-se aos servidores ocupantes de cargo efetivo e aos agentes políticos com vínculo estatutário. Agentes honoríficos e empregados públicos são excluídos dessa definição por não exercerem função típica de Estado.

C) A Constituição Federal não admite que pessoas sem vínculo formal com a Administração Pública exerçam função pública. Por isso, estagiários e colaboradores eventuais não são considerados agentes públicos.

D) Os agentes políticos não são considerados agentes públicos pela doutrina majoritária, já que não se subordinam a regime jurídico-administrativo comum. Consequentemente, não respondem por atos de improbidade administrativa.

E) Consideram-se agentes públicos apenas as pessoas concursadas que desempenham atividades permanentes em órgãos da Administração Direta.

Questão 13 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) A Constituição veda a acumulação remunerada de cargos públicos. Ainda que existente a compatibilidade de horários, entre cargos da área da saúde.

B) O servidor público estável poderá perder o cargo após regular processo administrativo disciplinar. A Constituição não prevê outras hipóteses de perda da estabilidade.

C) A perda do cargo por insuficiência de desempenho não é admitida no ordenamento jurídico brasileiro. A estabilidade impede que o servidor estável seja avaliado em critérios objetivos de produtividade.

D) A Constituição Federal permite a acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas. Para a acumulação ser lícita, é necessária a compatibilidade de horários entre os vínculos públicos, vedada a compatibilidade entre três vínculos.

E) A Constituição somente permite a acumulação remunerada de cargos no mesmo ente federativo, por se tratar de subordinação à mesma Pessoa Jurídica de Direito Público.

Direito Penal e Processual Penal Comum

Questão 14 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A legítima defesa exclui a ilicitude do fato. O excesso doloso na legítima defesa, entretanto, não impede o reconhecimento da excludente.
- B) A coação irresistível exclui tanto a ilicitude quanto a culpabilidade. Essa hipótese aplica-se inclusive aos casos de obediência hierárquica.
- C) A desistência voluntária permite ao agente responder pelos atos já praticados. A mesma regra se aplica aos casos de arrependimento eficaz.
- D) O flagrante preparado é admitido pela jurisprudência quando há provocação por policial disfarçado. Nesses casos, há flagrante próprio.
- E) O erro de tipo permite a responsabilização do agente por crime doloso quando o equívoco decorre de ignorância evitável sobre elementos do tipo penal.

Questão 15 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A decisão que recebe a denúncia é impugnável por recurso em sentido estrito. A resposta à acusação deve ser apresentada em 10 dias contados da citação pessoal do acusado.
- B) A resposta à acusação deve ser apresentada após a audiência de instrução. O prazo é de 10 dias a contar da intimação do defensor.
- C) A decisão de recebimento da denúncia é irrecorrível. Eventual impugnação só pode ser feita em sede de apelação.
- D) A resposta à acusação e as alegações finais escritas são apresentadas na mesma fase processual, dentro do mesmo prazo, a partir da sentença de pronúncia.
- E) A citação por edital pode ser feita sempre que o réu mudar de endereço sem notificação. Ela independe da tentativa de citação pessoal.

Questão 16 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) O auto de prisão em flagrante deve ser remetido ao juiz no prazo de 5 dias. Após esse prazo, considera-se nula a prisão.
- B) A autoridade policial deve comunicar a prisão em flagrante imediatamente ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, se o preso não tiver defensor.
- C) A prisão em flagrante é ilegal quando realizada em flagrante forjado. O juiz deve revogá-la imediatamente.
- D) O juiz pode converter a prisão em flagrante em preventiva de ofício, quando presentes inequivocadamente os requisitos legais.
- E) A lavratura do auto de prisão em flagrante pode ser feita pelo Ministério Público, que deve atuar como fiscal da legalidade do procedimento.

Questão 17 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) No crime impossível, a tentativa é punida quando há ineficácia relativa do meio empregado.
- B) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou impropriedade do objeto, é impossível consumar o crime.
- C) A tentativa é punida nos mesmos moldes do crime consumado, com a mesma pena.
- D) O agente que tenta matar alguém com arma de brinquedo responde por tentativa de homicídio, segundo a doutrina dominante.
- E) A tentativa é punível apenas nos crimes culposos, quando não ocorre o resultado naturalístico, mas o agente inicia a execução.

Questão 18 – Acerca do Código Penal Comum e do Código Penal Militar, assinale a alternativa CORRETA:

A) Ambos os códigos tratam a figura do erro de forma idêntica, havendo, apenas, diferença no que diz respeito à nomenclatura, erro de tipo e erro de proibição no Código Penal Comum, e erro de fato e erro de direito no Código Penal Militar.

B) Tanto o Código Penal comum, quanto o Código Penal Militar, cada um em sua parte geral, possuem previsão expressa da figura do arrependimento posterior.

C) Assim como o Código Penal Comum, o Código Penal Militar trata sobre o tema da dosimetria da pena, já o princípio da insignificância é previsto expressamente apenas no Código Penal comum.

D) O estado de necessidade, como causa excludente da culpabilidade, tem previsão expressa apenas no Código Penal Militar, ocorrendo quando o agente, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.

E) O Código Penal Militar admite o perdão judicial de forma expressa, enquanto o Código Penal Comum apenas o reconhece por construção jurisprudencial.

Questão 19 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) O contraditório é exigido previamente à decretação de qualquer medida cautelar. Isso garante a ampla defesa, mesmo em medidas de urgência.

B) A ausência de contraditório em fase investigativa torna nulo o inquérito policial. Por isso, é necessária a intimação do investigado previamente à prática de qualquer diligência.

C) O contraditório pode ser postergado em medidas cautelares como interceptação telefônica ou busca e apreensão. Nesses casos, a defesa se manifesta após a adoção da medida.

D) A oitiva da defesa antes da decretação de medidas cautelares é imprescindível. Isso decorre do princípio da publicidade dos atos processuais.

E) A decretação de medidas cautelares requer contraditório prévio, salvo nas hipóteses em que o juiz determine a medida de ofício.

Questão 20 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) As agravantes e atenuantes influenciam a pena-base. Elas são consideradas na primeira fase da dosimetria.

B) A reincidência é analisada na terceira fase da dosimetria da pena. Ela pode majorar ou minorar a pena aplicada ao agente.

C) As causas de aumento e de diminuição de pena são aplicadas antes da fixação da pena-base. Por isso, precedem a análise das circunstâncias judiciais.

D) A quantidade de pena definida na primeira fase pode ser reduzida na segunda fase, caso o juiz considere a personalidade do agente como favorável.

E) A primeira fase da dosimetria da pena leva em consideração as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP. São analisados elementos como culpabilidade, antecedentes e conduta social.

Questão 21 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) No concurso de pessoas, todos respondem pelo crime na medida de sua culpabilidade. A participação moral também é admitida pelo ordenamento jurídico.
- B) O partícipe responde pelo crime na mesma proporção que o autor. Isso ocorre mesmo que sua contribuição tenha sido irrelevante.
- C) O Código Penal exige, para o concurso de pessoas, que todos os agentes estejam presentes no local do crime. Essa exigência visa à comprovação da coautoria.
- D) O agente que instiga moralmente outro a cometer crime não responde penalmente. Isso porque não realiza nenhuma conduta material típica.
- E) O concurso de pessoas exige hierarquia entre autor e partícipe, sendo este sempre subordinado à vontade do autor.

Questão 22 – Assinale a alternativa CORRETA:

- A) A ação penal pública incondicionada é promovida pelo Ministério Público, independentemente de representação da vítima. Sua legitimidade é exclusiva, salvo previsão legal em contrário.
- B) A ação penal privada depende de requisição ministerial. Sem essa formalidade, a queixa-crime não é admitida pelo Judiciário.
- C) A ação penal pública condicionada não admite intervenção do Ministério Público. Isso porque a representação da vítima vincula a atuação acusatória.
- D) O oferecimento de denúncia pelo Ministério Público está condicionado à presença de provas definitivas. A prova indiciária é insuficiente para o recebimento da acusação.
- E) A ação penal privada subsidiária da pública pode ser ajuizada pelo ofendido nos casos em que o Ministério Público peça o arquivamento do feito.

Questão 23 – Considerando a hipótese de crime de ação penal privada e a instauração de inquérito policial, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A atividade de investigação penal autoriza a adoção de qualquer medida por parte da autoridade policial, independentemente da modalidade de ação penal prevista no Código de Processo Penal.
- B) A autoridade policial deve, inicialmente, buscar a conciliação entre o autor do crime e a vítima, objetivando a pacificação do conflito.
- C) No caso de infração penal em que se persegue pela via da ação penal privada, a deflagração da investigação criminal está condicionada à requerimento da vítima.
- D) Mesmo após o início da investigação criminal, qualquer diligência por parte do delegado deve aguardar um requerimento, verbal ou por escrito, da vítima do crime para ser realizada.
- E) O Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial nos crimes de ação penal exclusivamente privada, por ser fiscal do ordenamento jurídico.

Direito Penal Militar e Processual Penal Militar

Questão 24 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) No Código Penal Militar, o crime impossível é punível quando o meio empregado é relativamente ineficaz. O agente responde por tentativa.

B) O Código Penal Militar não reconhece a figura do crime tentado, adotando exclusivamente a teoria da atividade para a consumação dos crimes.

C) Mesmo que o meio empregado seja absolutamente ineficaz, o agente responde pelo crime tentado no CPM, pois a lei não prevê a hipótese de crime impossível.

D) É punível a tentativa quando, iniciada a execução, o crime não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. O crime impossível, por sua vez, exclui a pena quando o meio é absolutamente ineficaz.

E) No crime impossível, a pena será reduzida de um a dois terços, considerando a ausência de risco efetivo ao bem jurídico tutelado.

Questão 25 – Assinale a alternativa INCORRETA:

A) No Direito Penal Militar, a ação penal é pública e somente pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.

B) A ausência de oferecimento de denúncia pelo Ministério Público Militar no prazo legal ou o pedido de arquivamento possibilitam a ação penal privada subsidiária da pública.

C) A iniciativa para ação penal em crimes militares não depende de representação do ofendido.

D) A ação penal militar, excepcionalmente, nos crimes dos arts. 136 a 141 do CPM, pode depender de requisição.

E) A ação penal é de iniciativa do Ministério Público, mas será admitida a ação privada se a ação pública não for intentada no prazo legal.

Questão 26 - Assinale a alternativa CORRETA:

A) O crime de deserção é consumado com a simples ausência do militar por um período de 24 horas. A contagem desse prazo independe da natureza do serviço militar prestado.

B) O militar é considerado desertor no exato momento em que se ausenta da unidade sem autorização. O retorno ao aquartelamento antes do término do dia de ausência exclui a punibilidade.

C) A deserção é punida apenas se houver prejuízo direto ao serviço ou à disciplina. A conduta, se praticada por recruta, é considerada infração disciplinar e não crime militar.

D) O crime de deserção exige que o militar esteja fora do território nacional no momento da ausência, pois se presume risco à soberania.

E) A deserção se consuma quando o militar, sem licença ou justa causa, permanece ausente por mais de oito dias. O Código Penal Militar prevê regras específicas para a contagem do prazo de ausência, conforme a situação do militar.

Questão 27 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) A Lei nº 11.343/2006 se aplica subsidiariamente ao Código Penal Militar, nos casos em que o delito envolver pequena quantidade de substância entorpecente. O princípio da especialidade é afastado pela jurisprudência em favor da lei penal mais benéfica.

B) A jurisprudência atual permite a desclassificação do crime militar de posse de drogas para o crime da Lei nº 11.343/06. A natureza da substância entorpecente apreendida é o único fator considerado para definir a competência da Justiça Militar.

C) O Supremo Tribunal Federal considera possível aplicar o princípio da insignificância nos crimes do art. 290 do CPM, desde que a droga apreendida seja para uso próprio. A aplicação da Lei nº 11.343/06 nesses casos busca garantir o princípio da proporcionalidade.

D) A posse de substância entorpecente em lugar sujeito à administração militar está prevista no art. 290 do CPM. O STF e o STM afastam a aplicação da Lei nº 11.343/06, com base no princípio da especialidade e na preservação da hierarquia e da disciplina.

E) O crime de posse de entorpecentes por militar, ainda que em local civil, será sempre julgado pela Justiça Militar por força da condição do agente.

Questão 28 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) Consideram-se crimes propriamente militares os que possuem previsão exclusiva no Código Penal Militar e não têm correspondência no Código Penal comum. Exemplos típicos são a deserção e o motim, cujos autores só podem ser militares.

B) Os crimes propriamente militares são aqueles praticados por militar da ativa, em serviço ou fora dele, desde que o bem jurídico violado diga respeito à disciplina. Nesses casos, mesmo um furto em via pública pode ser enquadrado como crime propriamente militar.

C) Todo crime cometido por militar fardado e armado será automaticamente classificado como propriamente militar. A farda é critério objetivo suficiente para fixar essa natureza jurídica.

D) Um crime comum como o homicídio será sempre impropriamente militar, ainda que cometido contra outro militar em ambiente castrense. O contexto não altera a natureza jurídica do tipo penal aplicado.

E) Crimes impropriamente militares exigem que o militar esteja em serviço ativo, sendo vedado seu enquadramento quando o agente estiver de folga ou licenciado.

Questão 29 - Assinale a alternativa CORRETA:

A) O Inquérito Policial Militar deve ser instaurado por portaria da autoridade judiciária, salvo nos casos de flagrante delito, em que a autoridade policial militar pode iniciá-lo ex officio. Após a conclusão, os autos devem ser remetidos diretamente ao juiz auditor para análise da legalidade.

B) A autoridade que preside o Inquérito Policial Militar pode ordenar, de ofício, o arquivamento do procedimento, caso entenda inexistirem indícios suficientes de autoria. O indiciado tem direito à nomeação de defensor, sendo obrigatória a presença deste desde o início dos atos investigatórios.

C) A instauração do IPM poderá ocorrer por portaria da autoridade militar, requisição do Ministério Público ou decisão do Superior Tribunal Militar, vedada a requisição da autoridade judiciária. O prazo para conclusão é de 40 dias.

D) O IPM é peça meramente informativa e inquisitiva, não se admitindo neste a produção de prova. A delegação do poder de polícia judiciária militar recai sobre oficial da ativa.

E) O IPM pode ser conduzido por qualquer militar da ativa ou da reserva, desde que designado por superior hierárquico, inclusive para atos de caráter sigiloso.

Questão 30 – Assinale a alternativa CORRETA:

A) A suspensão condicional da pena pode ser concedida em caso de condenação não superior a dois anos. Tal suspensão será revogada obrigatoriamente em caso de transgressão disciplinar de natureza grave.

B) A suspensão condicional da pena poderá ser concedida quando a pena aplicada não for superior a dois anos. Nos casos de sursis etário ou humanitário a pena será não superior a quatro anos.

C) Após o advento da Lei nº 14.688/2023 o Código Penal Militar passou a aceitar a suspensão condicional da pena e do processo, tal qual o Código Penal Comum.

D) O sursis no CPM é um instituto restrito às praças das Forças Armadas e não se aplica a militares da reserva ou civis eventualmente processados na Justiça Militar. O CPM prevê a pena de prisão em Sala de Estado Maior para Oficiais de carreira.

E) A suspensão condicional da pena será automaticamente convertida em prisão domiciliar caso o beneficiário seja reincidente em crime culposos durante o período de prova.

PROVA DISCURSIVA

A definição de Inquérito Policial Militar (IPM) e sua respectiva finalidade estão previstas expressamente no artigo 9º do CPPM. Há diversos pontos de convergência com o Inquérito Policial comum (IP). Veja o teor do mencionado dispositivo:

CPPM (Decreto-Lei 1.002/1969)

Finalidade do inquérito

Art. 9º O inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. Tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal.

Parágrafo único. São, porém, efetivamente instrutórios da ação penal os exames, perícias e avaliações realizados regularmente no curso do inquérito, por peritos idôneos e com obediência às formalidades previstas neste Código.

Com base nisso, elabore um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, abordando os seguintes pontos atinentes à investigação dos crimes militares:

- (a) O Inquérito Policial Militar é peça obrigatória da ação penal? Por quê? **(10 pontos)**
- (b) Quem é o destinatário dos elementos de informação? **(5 pontos)**
- (c) Há diferença entre “elementos de informação” e “prova”? **(5 pontos)**
- (d) Alguma espécie de prova pode ser colhida durante o IPM? Quais? **(20 pontos)**
 - d.1. Como fica a situação do contraditório? **(20 pontos)**
 - d.2. O juiz pode participar eventualmente dessa colheita de prova na fase do inquérito? **(10 pontos)**

RASCUNHO